

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O processo de institucionalização LGBTI+ no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Cleyton Feitosa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6643>

Submetido em: 2023-08-19

Postado em: 2023-08-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Débora Cristina Rezende de Almeida (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4752-8892>)

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO LGBTI+ NO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

Cleyton Feitosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5186-1941>

<cleyton_feitosa@hotmail.com>

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar parte dos resultados da tese de doutorado defendida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, que tem como questão central: “como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros?”. Nessa proposta específica, analisamos a experiência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que governou o país entre 1995 e 2002, que governou o estado de São Paulo por quase três décadas e que mais avançou na criação de instrumentos institucionais de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero entre as agremiações à direita no espectro ideológico do sistema partidário brasileiro. Isso se deveu, em grande medida, à militância da Diversidade Tucana, grupo de ativistas filiados ao partido, fundado no ano de 2006 na capital paulista. Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com o Presidente Nacional, o Presidente de Honra, o Secretário Geral e lideranças estaduais do Secretariado Diversidade Tucana, análise documental em documentos oficiais do partido, como diferentes versões do estatuto, do programa partidário, dos planos de governo, manifestos, materiais de campanha, entre outros, e pesquisa bibliográfica em trabalhos científicos sobre o PSDB, realizamos um estudo sobre a emergência das lutas pela diversidade sexual e de gênero nesse partido, analisando o processo e os fatores da institucionalização.

Palavras-chave: movimento LGBTI+, partidos políticos, participação política, institucionalização, direitos humanos.

THE LGBTI+ INSTITUTIONALIZATION PROCESS IN THE BRAZILIAN SOCIAL DEMOCRACY PARTY (PSDB)

ABSTRACT: The present work intends to present part of the results of the doctoral thesis defended at the Institute of Political Science of the University of Brasília, which has as its central question: “how were the values, objectives and interests of the LGBTI+ Movement institutionalized in Brazilian political parties?”. In this specific proposal, we analyze the experience of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), the party that governed the country between 1995 and 2002, which governed the state of São Paulo for almost three decades and which made the most progress in creating institutional instruments for the recognition of sexual and gender diversity among associations on the right in the ideological spectrum of the Brazilian party system. This was largely due to the militancy of Diversidade Tucana, a group of activists affiliated with the party, founded in 2006 in São Paulo. Through semi-structured interviews carried out with the National President, the Honorary President, the General Secretary and state leaders of the Diversidade Tucana, documental analysis of official party documents, such as different versions of the statute, the party program, the government plans, manifestos, campaign materials, among others, and bibliographical research on scientific works on the PSDB, we carried out a study on the emergence of struggles for sexual and gender diversity in this party, analyzing the process and the factors of institutionalization.

Keywords: LGBTI+ movement, political parties, political participation, institutionalization, human rights.

INTRODUÇÃO

É adequado, mas é espaço político. Espaço político você conquista, você não ganha, você tem que estar sempre lutando. E cada vez que nós avançamos, nós começamos a trabalhar por mais coisas (Marcos Fernandes, Presidente de Honra da Diversidade Tucana, sobre o tratamento do PSDB à causa LGBTI+).

O presente trabalho pretende apresentar parte dos resultados da minha tese de doutorado defendida em dezembro de 2022 no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília intitulada *Movimento LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil*, que buscou responder o problema: “como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros?”. A tese teve como orientadora acadêmica a professora Debora Cristina Rezende de Almeida e contou com a colaboração de inúmeros interlocutores em espaços diversos, como nas bancas de qualificação e defesa¹, em congressos científicos de Ciência Política² e em inúmeras reuniões dos grupos de pesquisa do IPOL, em especial do grupo sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie)³.

Nessa proposta específica submetida para o 47º Encontro Anual da ANPOCS⁴, analisamos a experiência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que governou o país entre 1995 e 2002, que governou o estado de São Paulo por quase três décadas e que mais avançou na criação de instrumentos institucionais de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero entre as agremiações à direita no espectro ideológico do sistema partidário brasileiro. Isso se deveu, em grande medida, à militância da Diversidade Tucana, grupo de ativistas filiados ao partido, fundado no ano de 2006 na capital paulista.

Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com o Presidente Nacional, o Presidente de Honra, o Secretário Geral e lideranças estaduais do Secretariado Diversidade Tucana, análise documental em documentos oficiais do partido, como diferentes versões do estatuto, do programa

¹ Agradecemos a Gustavo Gomes da Costa Santos, Carlos Augusto Mello Machado, James Green e Matheus Mazzilli Pereira pela leitura e valiosas contribuições.

² Agradecemos a Adrian Gurza Lavalle, Danusa Marques, Sérgio Carrara e Regina Facchini pela leitura e valiosas contribuições.

³ Agradecemos a Rebecca Abers, Marisa von Bülow, Marília Oliveira, Rayza Sarmiento e demais colegas do grupo de pesquisa ou que interagiram com ele pela leitura e valiosas contribuições.

⁴ Agradecemos a Cristiano Rodrigues (UFMG) e Marcia Rangel Candido (UERJ/ISCTE), coordenadores do GT 05 Desigualdades de Gênero na Política - Perspectivas feministas e interseccionais, pelo aceite do paper.

partidário, dos planos de governo, manifestos, materiais de campanha, entre outros, e pesquisa bibliográfica em trabalhos de referência sobre o PSDB, realizamos um estudo sobre a emergência das lutas pela diversidade sexual e de gênero nesse partido, analisando o processo e os fatores da institucionalização.

Por razões de espaço, não dedicaremos uma profunda discussão teórica neste trabalho. Resta dizer que nos baseamos em uma dupla definição de institucionalização na literatura da Ciência Política para realizar a nossa própria proposição conceitual. De acordo com um estudioso da teoria de partidos, a institucionalização é o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido⁵ (PANEBIANCO, 2005). Já para estudiosos da teoria de movimentos sociais, a institucionalização é o processo de transformação de algo em instituições (GURZA LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019).

A pesquisa comparativa nos fez entender que a institucionalização não é somente a emergência de sedimentações institucionais resultantes da interação entre movimentos e instituições, tampouco apenas o processo de incorporação dos valores e objetivos dos fundadores, mas ambos simultaneamente, a convergência, o encontro, a negociação entre diferentes agentes, com diferentes interesses. Assim, para nós,

A institucionalização é um processo de negociação para ampliar agendas e espaços de movimentos sociais em partidos políticos, organizações que também se institucionalizam. Tal compreensão requer do pesquisador estudos de caso para investigar em que condições se deu a institucionalização de valores e demandas de movimentos, quais fatores preponderaram na emergência de encaixes institucionais e quais os efeitos resultantes desse processo – no caso partidário, as zonas de incerteza nos permitiram ter o parâmetro de análise (FEITOSA, 2022, p. 363).

Nessa direção, este artigo pretende avançar nos estudos sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos e especialmente sobre as pesquisas entre o Movimento LGBTI+ e os partidos políticos, muitas vezes atraídas pela tradição do Partido do Trabalhadores na representação de movimentos populares e na defesa desta causa (DEHESA, 2015; GREEN, 2000; PEREIRA, 2022; RODRIGUES, PEREIRA, 2022; FEITOSA, 2022; RODRIGUES, 2023), ofuscando outras agremiações, casos e experiências participativas.

⁵ É importante destacar que ao longo da obra, o autor apresenta diferentes definições de institucionalização. Na página 36 ele diz que institucionalização significa “a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial (...) a uma fase em que a organização se estabiliza”. Na página 92, ele define como as modalidades pelas quais a organização se solidifica. Na página 100, como a incorporação dos valores e objetivos dos fundadores e na página 104, é concebida como a autonomização do ambiente. Essas múltiplas definições em diferentes passagens da obra dificultam a precisa interpretação do conceito. Agradecemos à Carlos Machado por ter chamado atenção para esse aspecto teórico-conceitual.

No decorrer da elaboração da tese - nascida como projeto em 2016 e desenvolvida entre os anos de 2017 e 2022 - foi publicada no ano de 2021 uma dissertação de mestrado especificamente sobre a tematização da pauta LGBTI+ pelo PSDB do estado de São Paulo. A dissertação foi elaborada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo pelo discente João Filipe Araújo Cruz, sendo orientada pelo saudoso Gustavo Venturi, reconhecido pesquisador sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Como o PSDB tem sua principal organização política no estado paulista, a pesquisa representou importante fonte para nossa análise, complementando as entrevistas e análises documentais. Além disso, pequenas dúvidas foram sanadas diretamente com o autor⁶ via aplicativo WhatsApp.

O primeiro entrevistado foi Marcos Fernandes, atual Presidente de Honra da Diversidade Tucana. O segundo entrevistado foi Edgar de Souza, atual Presidente Nacional da Diversidade Tucana. O terceiro entrevistado foi Lucas Barros, atual Secretário Nacional da Diversidade Tucana e Presidente Estadual da Diversidade Tucana do estado de Pernambuco. O quarto entrevistado foi Ivan Santos, atual Presidente da Diversidade Tucana do estado de São Paulo. O quinto entrevistado foi Joel Cavalcante que atualmente preside a Diversidade Tucana do estado da Paraíba.

Além dessa introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções: na primeira, abordamos a fundação do PSDB no contexto da redemocratização brasileira. A segunda seção analisa o surgimento e a consolidação institucional do Secretariado Diversidade Tucana na estrutura partidária. Na terceira seção, analisamos a institucionalização da temática no estatuto, principal documento regulatório dos partidos. Tal percurso de pesquisa nos auxiliou a entender como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram no PSDB.

1. FUNDAÇÃO E ANOS INICIAIS DO PARTIDO

O PSDB foi fundado em 25 de junho de 1988 por parlamentares anteriormente filiados ao PMDB. Roma (2002) diz que o consenso estabelecido pela literatura especializada é o de que a criação do partido ocorreu por razões ideológicas em função das divergências cultivadas no interior do PMDB e sua aliança com a direita, representada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL). Contudo, o autor defende a tese de que a ruptura com o PMDB se deu mais por motivos eleitorais do que por aspectos ideológicos (ROMA, 2002).

⁶ A quem também agradecemos.

A literatura especializada aponta três fatores de caráter ideológico para o surgimento do PSDB: (i) as divergências internas ao PMDB sobre as questões da Assembleia Nacional Constituinte, especialmente a respeito do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e da duração do mandato de presidente (quatro ou cinco anos); (ii) o domínio sobre o partido por parte de um político chamado Orestes Quécia, que controlava o PMDB, deixando os dissidentes com pouco espaço de atuação; (iii) o lançamento da candidatura de um político chamado João Leiva para a prefeitura de São Paulo em aliança com setores conservadores do PFL, que desagradaram o grupo (ROMA, 2002).

Além desses fatores, Guiot (2006) explica que os insatisfeitos do PMDB criticavam o alinhamento entre o governo de José Sarney e forças conservadoras advindas do regime militar, determinadas práticas fisiológicas e clientelistas nos processos e votações da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o fracasso dos planos econômicos anti-inflacionários, o baixo poder de compra dos salários e a piora das condições de vida da população brasileira naquele período da abertura democrática, que resultavam em avaliações negativas da população em relação ao então presidente e de seu partido, o PMDB.

Indo na contramão das motivações ideológicas da fundação do PSDB, Roma (2002) enfatiza três fatores de caráter pragmático-eleitoral para o seu surgimento: (i) o governo Sarney concedeu pouco espaço no governo aos políticos que viriam a fundar o PSDB; (ii) o grupo fundador também não estava cotado no interior do PMDB nas discussões sobre a sucessão para a presidência da república nas eleições de 1989, sendo que Mário Covas, fundador do PSDB pertencente a esse grupo insatisfeito, despontava como potencial candidato a presidente do país em pesquisas de intenção de voto e (iii) a abertura de um contingente de eleitores de centro insatisfeitos com o governo federal. Logo, o novo PSDB disputou esse lugar de centro ideológico com o PMDB (ROMA, 2002).

A tese de Soraia Vieira (2012) se aproxima das posições de Roma (2002) e destaca dois fatores importantes para a formação do PSDB. O primeiro, eram as disputas no interior do PMDB. Um grupo paulista de parlamentares sem espaço no partido mobilizou dissidentes de outros partidos, notadamente, o PFL, o PTB e o PDT, para fundar o novo partido, no contexto da ANC. O segundo fator era a percepção daqueles atores sobre a existência de um nicho eleitoral que o novo partido poderia representar como alternativa de centro. Isso porque tanto o PMDB quanto José Sarney apresentavam queda na popularidade (VIEIRA, 2012).

Figura 1 - Ato de fundação do PSDB em junho de 1988 na Câmara dos Deputados. No registro, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra.



Fonte: Folha de São Paulo⁷.

Desse modo, o PSDB nasceu em busca de poder político motivado por razões pragmáticas e eleitorais. O fato de ter sido gestado no parlamento o tornou repleto de lideranças políticas influentes, mas com notório distanciamento de bases sociais e sindicais e

[...] Propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente porque o programa de governo de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo (ROMA, 2002, p. 72).

Para sustentar seus argumentos, Roma (2002) lembra que tão logo eleito para o governo federal nas eleições de 1994, o partido não apenas se aliou à direita, no caso ao PFL e ao PTB, como atuou para estender o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de quatro para oito anos a partir de uma emenda constitucional sobre reeleição, medida criticada na ANC quando se discutia a ampliação do mandato de José Sarney de quatro para cinco anos.

Em outras palavras, as explicações para sua criação, centradas em questões ideológicas, argumentando haver oposição do partido às alianças com a direita e ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial, revelaram-se, ao longo do tempo, inconsistentes, visto que o próprio PSDB adotou tais estratégias de ação pouco tempo depois da sua fundação (ROMA, 2002, p. 73).

⁷ Geraldo Alckmin, outra liderança importante do partido, também aparece no ato em outros registros. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1603822012302571-psdb-30-anos>. Acesso em: 18 out. 2022.

De acordo com Vieira (2012), o PSDB nascido da ANC era mais próximo da esquerda, sendo favorável à agenda social e à democracia. O único ponto de divergência com o PT era sua defesa do liberalismo econômico.

Todas as pesquisas e dados encontrados sobre votações e posicionamento ideológico do período da constituinte, demonstram que os fundadores do PSDB compunham realmente a ala mais a esquerda do PMDB, que estavam mais identificados com os ideais progressistas do que com o conservadorismo comumente observado entre os peemedebistas (VIEIRA, 2012, p. 83).

Esse elemento ajuda a explicar a abertura dos governos tucanos a questões sociais, dentre elas, à agenda da diversidade sexual e de gênero (especialmente em governos paulistas durante os anos 2000), ou seja, não se tratam de governos avessos a direitos. Contudo, sua aliança com o PFL motivada pela governabilidade nos governos FHC levará o partido a caminhar para a direita e por uma agenda de privatizações. Se na ANC o PSDB era considerado de centro-esquerda, durante seus primeiros governos nacionais, o partido “se aproxima muito mais do social-liberalismo do que da social-democracia” (VIEIRA, 2012, p. 89).

Do ponto de vista da estrutura organizacional, o partido contava com poucas instâncias de veto, as lideranças concentravam poder decisório nas suas táticas eleitorais e o PSDB conferia autonomia decisória aos diretórios sobre matérias locais. Esses elementos favoreceram a construção de alianças políticas visando ao sucesso eleitoral, em especial com o PFL. As lideranças do partido partilhavam de ideologias afins com a direita e a militância não dispunha de instâncias concretas de veto às decisões dos líderes (ROMA, 2022).

Isso provavelmente ocorreu por ser um partido de origem parlamentar, distante das bases, pois um dos fatores que podem amenizar o fechamento de um partido e controlá-lo de baixo para cima é a presença de movimentos sociais autônomos no seu interior ou em seu campo relacional (ANRIA, 2018). E falando em movimentos, especificamente em relação ao Movimento LGBTI+, não encontramos registros referentes aos momentos iniciais da existência do partido. O que se sabe é que em 1996, no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o governo federal lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH). Nele, há uma breve afirmação dos homossexuais como detentores de direitos humanos (FEITOSA, 2016).

Na segunda versão do PNDH, publicada no último ano do governo FHC (1995-2002), foi prevista 10 metas específicas voltadas para a população LGBTI+ (FEITOSA, 2016). Esses dados são importantes para a emergência das políticas públicas de diversidade sexual e de gênero que se

fortaleceriam durante os governos seguintes, mas ainda não podem ser lidas como ações partidárias, vez que foram ações de governo e governos são influenciados por diversos agentes externos ao partido, como movimentos sociais, convenções internacionais ou pela opinião pública.

Embora a institucionalização de instâncias afirmativas de direitos LGBTI+ em partidos de centro-direita só tenha ocorrido nos anos 2000 (SANTOS, 2016), já existiam candidaturas LGBTI+ nesses partidos pelo menos desde a década de 70 no país. Em sua pesquisa sobre o Movimento LGBTI+ de Pernambuco, Santos (2022) identificou a candidatura de Baiardo de Andrade Lima nas eleições de 1978 na cidade de Recife. Baiardo se candidatou a um cargo na Câmara Federal pelo MDB com discursos de combate à discriminação homossexual, provocando a ira de conservadores da época que se manifestaram na imprensa local. Portanto, ainda sob a ditadura militar e 10 anos antes da fundação do PSDB.

Uma candidatura que nos ajuda a entender a institucionalização LGBTI+ no PSDB é o de Robson Cerqueira. Ela é importante porque foi a primeira candidatura de um gay assumido (e com plataforma eleitoral engajada) na trajetória do PSDB. Robson se candidatou a deputado federal para representar o estado de São Paulo em 1998, tendo se lançado também a vereador em 2000 e a deputado federal novamente em 2002, sem nunca ter sido eleito (CRUZ, 2021).

O que chama atenção nessa primeira candidatura “colorida” do PSDB que se tem registro na literatura é que, no pleito de 1998, Robson Cerqueira não recebeu nenhum apoio do partido, seja em termos de doações financeiras/financiamento eleitoral, seja em relação à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, pois sua gravação não foi ao ar, interpretada pelo candidato como boicote homofóbico, vez que vestia as cores do arco-íris no registro. Em razão disso, o candidato realizou um protesto em frente ao comitê de campanha de Mário Covas e recebeu a promessa de ter o seu vídeo exibido na TV pelo então chefe da campanha, o que não foi cumprido (CRUZ, 2021).

Apesar do pouco apoio do partido as suas incursões eleitorais, Robson afirma que não encontrou resistências para se candidatar, mas o entrevistado não atribui essa facilidade a uma pretensa permeabilidade do partido à causa [LGBTI+]. Para ele, na verdade, isso deveu-se, em grande medida, ao sistema eleitoral vigente que colaborava para que os partidos “fizessem qualquer um de trouxa” de forma que na visão de Robson nunca houve qualquer impedimento as suas candidaturas, porque o interesse do partido seria angariar a maior quantidade de votos possível, sem importar de onde estes votos viessem (CRUZ, 2021, p. 116).

Esse caso é importante porque mostra a existência de repertórios mais contenciosos na interação entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos ainda que a relação de trocas e o

estabelecimento de lealdades políticas sejam predominantes nesse tipo de organização (PANEBIANCO, 2005).

É interessante também porque mostra as primeiras iniciativas de afirmação dos direitos da diversidade sexual e de gênero em um momento que havia pouco acúmulo e espaço para atuação em partidos ideologicamente mais à direita. Conforme Rafael de la Dehesa (2015), o sistema eleitoral brasileiro, de representação proporcional de lista aberta por estado, foi um fator importante para a emergência de diversas candidaturas LGBTI+ por diferentes partidos, incluindo os de centro-direita. A emergência dessas candidaturas possibilitou maiores aproximações entre esses partidos e sujeitos LGBTI+, engajados na luta pela diversidade ou não.

Não é possível afirmar a relação de causalidade entre essa primeira candidatura “assumida” do PSDB e a criação do núcleo Diversidade Tucana que iria acontecer alguns anos depois, em 2006. Contudo, certamente a passagem de Robson contribuiu para a institucionalização do tema ao protestar por apoio e atenção à causa em congressos do partido (CRUZ, 2021).

2. O SECRETARIADO DIVERSIDADE TUCANA

A emergência de uma instância partidária que pautasse diversidade sexual e de gênero no PSDB surge somente 17 anos após a fundação do partido, protagonizada por um grupo de atores partidários - assessores, burocratas, gestores - que lutaram pela institucionalização da causa. Esses atores são bem menos vinculados às organizações tradicionais do Movimento LGBTI+, aspecto esse distinto de partidos de esquerda, como o PT e o PSOL (FEITOSA, 2022). A institucionalização da Diversidade Tucana se inicia em 2005 quando Wagner Tronolone (conhecido como Gui Tronolone), um assessor do então vice-governador do estado de São Paulo, Alberto Goldman, teve a ideia de criar um espaço dedicado a debater diversidade na agremiação (CRUZ, 2021).

O contexto político da época era marcado pelo lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia do governo federal em 2004, pelo crescimento do número de participantes nas Paradas do Orgulho LGBTI+ de São Paulo e pela vitória eleitoral de José Serra para a Prefeitura de São Paulo também em 2004. Como prefeito, Serra havia implantado a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual na estrutura da administração pública municipal durante a sua gestão (CRUZ, 2021). As chamadas políticas públicas LGBTI+ estavam em emergência pelo país.

No ano de 2006, foi realizado um encontro no Hotel São Rafael, localizado no Largo do Arouche, conhecido reduto LGBTI+ da cidade de São Paulo, que reuniu diversas pessoas da

sociedade. Nesse encontro nasceu o grupo que viria a constituir a Diversidade Tucana (Entrevista com Marcos Fernandes - SP). À época, o site Athos GLS, portal de notícias sobre diversidade sexual e de gênero, reportou o fato⁸:

O PSDB paulista lança no próximo sábado, às 10h, o núcleo “Diversidade PSDB”, destinado a ampliar o debate sobre os gays, lésbicas, transexuais e transgêneros. A articulação para a criação do núcleo surgiu em novembro do ano passado, desde que Sidney Beraldo assumiu a presidência do diretório estadual.

O jornalista Wagner Tronolone, militante do partido há dois anos e do movimento gay há cinco, é um dos idealizadores do projeto. Segundo Tronolone, os direitos dos homossexuais passam apenas pelo âmbito judicial, mas é necessário “ampliar o debate para dentro dos partidos políticos”, para que os direitos se tornem legislação.

Neste sábado, será eleita uma coordenação provisória, com mandato de um ano. Ao fim deste período, há outra eleição. O encontro acontece na sede estadual do partido, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4435, próximo ao parque do Ibirapuera (ATHOS GLS, 2006 apud CRUZ, 2021).

Naquele momento, ainda não havia a ideia de ser um Secretariado na estrutura nacional do partido, mas a de constituir um grupo político para debater diversidade sexual e política institucional, razão pela qual era um espaço aberto também a não-filiados. De acordo com Cruz (2021) esse grupo nasce com o objetivo de mostrar pra população que o PSDB era um partido aliado da causa LGBTI+ e criticar a influência que o PT exercia sobre o Movimento LGBTI+ paulistano, que por sua vez criticava as gestões tucanas no estado e na capital paulista.

Já o atual Presidente de Honra da Diversidade Tucana, Marcos Fernandes, nos contou que o surgimento do grupo, além de apresentar o PSDB como partido aliado da diversidade sexual e de gênero para a população, também visava a levar as demandas da sociedade civil nos temas de gênero e sexualidade para o partido.

Já mais para frente, vamos falar dos anos 2005, quando já tem uma série... Mesmo no plano nacional de direitos humanos quando o Fernando Henrique [Cardoso] começa a colocar as primeiras políticas em nível nacional, foi crescendo a necessidade no partido para que a gente apresentasse as nossas políticas. E aí é por isso que o Diversidade Tucana foi criado. Era para falar com a população aquilo que nós estávamos fazendo enquanto partido e enquanto governo. Porque o partido fazia no governo aquilo que foi discutido em plano de governo. E também falar para o partido o que a população está esperando. Para que não ficasse uma coisa assim: “lá em cima se decide fazer A e B e a realidade é outra” (Marcos Fernandes - SP).

Isso revela que os ativistas da DT atuam como *brokers* conectando as relações entre partido e sociedade (GURZA LAVALLE; VON BÜLOW, 2014; OLIVEIRA, 2016; 2021). Naquele ano, em 2006, ocorre eleições nacionais e estaduais e o nome do grupo, Diversidade Tucana, começa a figurar

⁸ Matéria disponível em: <https://athosgls.com.br/psdb-de-sao-paulo-cria-nucleo-gay/>. Acesso em: 16 set. 2022.

no plano de governo do partido para o governo do estado de São Paulo encabeçado pelo candidato José Serra (CRUZ, 2021). O grupo também se engaja na campanha de Geraldo Alckmin, outra liderança do partido, para o governo federal. Assim, o tema começa a se deslocar da seção sobre direitos humanos para uma seção específica sobre diversidade no plano de governo estadual (Marcos Fernandes - SP).

Também nesse período, os militantes elaboraram um manifesto, documento que passa a ser apresentado a políticos do partido em momentos oportunos, como encontros regionais, por exemplo. Além de aproveitar estrategicamente encontros e reuniões, eles buscavam sensibilizar políticos conservadores a fim de convencê-los de que a pauta LGBTI+ também é uma das linhas de ação do PSDB por causa do histórico de políticas públicas (Marcos Fernandes - SP).

Então quando eu criei isso dentro do partido eu fui buscar os conservadores. E o que tinha naquele manifesto? O manifesto, se você vai ler, tem lá o que o [Franco] Montoro fez, o que o Fernando Henrique [Cardoso] fez, o que o [José] Serra fez, o Mário Covas. Por quê? Porque ninguém pode falar que isso não é uma pauta do PSDB. Está aqui, eles fizeram ações políticas de governo. Então, não é porque você é direita que você pode não querer fazer, porque o histórico do partido é esse. Então a minha estratégia sempre foi me aproximar dos conservadores (Marcos Fernandes - SP).

Lendo o manifesto, é dito que a Diversidade Tucana foi criada com “a missão de inserir os conceitos sobre diversidade sexual no DNA do Partido da Social Democracia Brasileira” e para servir de referência na elaboração de planos de governo (PSDB, 2006a, p. 1). Além de apresentar o núcleo, o documento narra diversas políticas públicas implementadas em gestões tucanas e lista diretrizes que servem de guia para futuras gestões públicas do partido. Nota-se que os ativistas que produziram o manifesto priorizaram ações no poder Executivo em vez de candidaturas proporcionais, o que talvez possa ser explicado pelo acúmulo de vitórias em eleições majoritárias para os governos federal, estadual (em São Paulo) e municipal (em São Paulo), além de outras localidades no país. De fato, o PSDB obteve sucesso eleitoral nas décadas de 90 e 2000 (ROMA, 2002).

Figura 2 - Trecho do “Manifesto do Diversidade Tucana”.



Manifesto do Diversidade Tucana

Políticas Públicas para a Diversidade Sexual

Apresentação

O Diversidade Tucana é um Secretariado criado com a missão de inserir os conceitos sobre diversidade sexual no DNA do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Dessa forma, esse núcleo serve de referência para as questões relativas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) quando da construção dos planos de governo dos candidatos do partido, bem como para gestores comprometidos com direitos humanos e cidadania da população brasileira. Outro objetivo é articular o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas à diversidade sexual nas administrações geridas pelo PSDB.

Fonte: Marcos Fernandes, disponibilizado ao autor.

Esse grupo paulistano começou a se mobilizar para institucionalizar no estatuto o tema da diversidade. Em conversas com o então Secretário-Geral do PSDB de São Paulo, César Gontijo, os ativistas chegaram a um entendimento de que primeiramente seria necessário organizar um Núcleo Nacional da Diversidade Tucana e expandir para além do território paulista. Em seguida, Marcos Fernandes se encontrou com o Presidente Nacional do PSDB à época, Sérgio Guerra, no ano de 2008 (Marcos Fernandes - SP).

O Presidente do partido apoiou e autorizou a iniciativa da criação do Núcleo Nacional da Diversidade Tucana e os orientou a se organizarem politicamente, lançando candidaturas e formando uma base mais nacionalizada, para além de São Paulo. Naquele momento só existiam o Secretariado da Mulher e o da Juventude. O Tucanafro, Secretariado correspondente ao Movimento Negro do partido, ainda estava se organizando e não era constituído formalmente (Marcos Fernandes - SP).

Tendo em vista a necessidade de recrutar novos membros e ampliar a chamada “base” da Diversidade Tucana para o território nacional, o grupo paulistano organizou em 2011 um encontro de tucanos no contexto das atividades da 15ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, que atrai milhões de participantes de todo o país, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Figura 3 - Arte de divulgação da Convenção Nacional da Diversidade Tucana.



Fonte: Dissertação de Cruz (2021) extraído do site <http://www.diversidadetucana.com.br>.

Essa tática de aproveitar o evento da Parada foi bastante semelhante a que o PT fez para criar seu Setorial Nacional em meados de 2001 (FEITOSA, 2022), revelando evidências de “efeito-contágio” entre um partido e outro (ARAÚJO, 2005). Nesse encontro, com presença de filiados de diversos estados brasileiros, foi criado o Núcleo Nacional da Diversidade Tucana, elegendo Marcos Fernandes seu primeiro presidente (Marcos Fernandes - SP).

Inclusive, eu estava coordenando a mesa para fazer eleição [da Presidência da Diversidade Tucana Nacional], eu não era candidato na época. E aí algumas pessoas: “não, mas você já está”, “mas eu sou presidente municipal”, “não, você já está, vai você”. Não foi um jogo de empurra, mas foi assim: quem naquele momento tinha mais condições de falar nacionalmente. E aí eu fui eleito presidente e o vice foi o saudoso Sardinha, do Pará. Depois ele teve um AVC [Acidente Vascular Cerebral], um aneurisma, uma coisa assim, e faleceu alguns anos depois. Ali surgiu o Diversidade Tucana nacional, ainda como grupo político (Marcos Fernandes - SP).

Àquela altura, Marcos já era reconhecido como importante liderança da causa LGBTI+ entre seus pares de partido, pois além de ser um dos fundadores do PSDB em 1988, já havia atuado junto à juventude do partido e exercido função de assessor parlamentar por muitos anos (CRUZ, 2021). O

ativista ficou à frente da Diversidade Tucana por 10 anos, entre 2009 e 2019, maior período de tempo desde a existência do espaço (Marcos Fernandes - SP).

No ano de 2010, Aécio Neves, liderança política mineira do partido, seria eleito Presidente Nacional do PSDB. É na sua gestão que a Diversidade Tucana se torna Secretariado Nacional no partido (Marcos Fernandes - SP). Aécio, em que pesem inúmeras contradições na sua vida pública e seu papel nos problemas democráticos nacionais a partir do Golpe de 2016 (MIGUEL, 2019), é bastante reconhecido pelas lideranças da Diversidade Tucana pelo seu apoio à institucionalização desse Secretariado (Marcos Fernandes - SP; Edgar Souza - SP).

Para serem reconhecidos pelas principais lideranças políticas do partido, diversas atividades foram realizadas pela Diversidade Tucana entre 2006 e 2010. Foram realizadas reuniões, ações de *advocacy*, participação em campanhas eleitorais em diferentes níveis, elaboração de planos de governo, entrevistas na mídia, publicação de notas de repúdio, criação de site próprio, recolhimento de assinaturas para abaixo-assinados, elaboração de documentos como o “manifesto pela diversidade”, lançamento de candidaturas e presença em protestos e manifestações, como as Paradas do Orgulho (CRUZ, 2021; Entrevista com Marcos Fernandes - SP).

A variação vertical desse encaixe institucional em um nível mais alto na hierarquia política do partido (GURZA LAVALLE *et al.*, 2019) foi resultante da convergência entre uma maior organização política de ativistas do estado de São Paulo, com foco na capital, e a abertura, apoio e acolhimento de integrantes da coalizão dominante do PSDB. Portanto, a conquista de encaixes institucionais mais sólidos foi precedida de agitações, mobilizações e de um trabalho de expansão territorial pelos ativistas.

Uma vez institucionalizado o Secretariado Diversidade Tucana em âmbito nacional, os participantes reivindicaram a representação da instância na Comissão Executiva Nacional a fim de participarem das decisões mais importantes do partido, proposta acolhida e posteriormente instituída em estatuto (Marcos Fernandes - SP). Tal conquista se estende para as Comissões Executivas estaduais do partido, um avanço importante tendo em vista o caráter centralizador dos partidos brasileiros. Atualmente, a Diversidade Tucana está presente em 19 Comissões Executivas Estaduais (Edgar Souza - SP).

Nós começamos a ter uma luta dentro da Executiva Nacional para que o representante do segmento fosse o presidente nacional do secretariado. Qual a diferença? Porque nós não queríamos que um gay, um LGBT, fosse um representante da Executiva, nós queríamos que o segmento que faz o trabalho político tivesse a voz dentro da Executiva daquele segmento. E mais para frente, 4 anos depois, assim foi feito e hoje são os presidentes nacionais que têm assento na Executiva. Isso foi um avanço (Marcos Fernandes - SP).

É interessante observar que para os membros do Secretariado não bastava ter um/a LGBTI+ qualquer na Comissão Executiva Nacional, mas um ator que fizesse parte da Diversidade Tucana e representasse o grupo nesse lugar de poder. Esse ganho institucional é exclusivo do PSDB em comparação a partidos com forte tradição de defesa da causa LGBTI+, como o PT e o PSOL, por exemplo, uma vez que a Secretaria Nacional LGBT do PT só possui direito a voz no Diretório Nacional e o PSOL não constituiu o seu Setorial de maneira orgânica (não tem coordenação instituída, nem presença na direção) (FEITOSA, 2022). Marcos Fernandes foi o primeiro representante do Secretariado DT a ocupar lugar na Comissão Executiva Nacional.

Uma das iniciativas da qual os membros da Diversidade Tucana sentem orgulho, e que expressa certo grau de institucionalização do tema no partido, foi a publicação de uma cartilha intitulada “Direitos da Diversidade” elaborada pelo Instituto Teotônio Vilela em parceria com a Diversidade Tucana no ano de 2017. Se em 2006 os ativistas tinham apenas um manifesto elaborado por eles próprios, 11 anos depois o partido publicaria um material elaborado por profissionais contratados, evidenciando incorporação do tema pela organização partidária.

Figura 4 - Capa da cartilha “Direitos da Diversidade” do PSDB.



Fonte: Material enviado por Marcos Fernandes.

No ano de 2019, a Diversidade Tucana realizou um novo encontro nacional em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Considerando que o Secretariado sempre teve mais força no

estado de São Paulo, a realização de um encontro nacional na região Centro-Oeste do país demonstra o desejo perene de expandir e nacionalizar o grupo. Na ocasião, foi eleita a nova Comissão Executiva da Diversidade Tucana referente à gestão 2020-2021. Marcos Fernandes passou a ser Presidente de Honra, um espaço honorífico criado especialmente pra ele, e Edgar Souza, um prefeito da cidade de Lins, do estado de São Paulo, assumiu a atual presidência do grupo. A posição de prefeito exerceu peso na escolha do seu nome.

Em 2019 foi eleito o Edgar, prefeito de Lins. Por que o Edgar? É um prefeito, o primeiro prefeito assumidamente LGBT. É um prefeito que ganhou prêmios, por vários anos, de Amigo da Criança; é um prefeito que sai com uma popularidade muito grande e fez várias políticas de desenvolvimento social da cidade e aí incluía a população LGBT. Então, era alguém que tinha condições políticas para estar lá (Marcos Fernandes - SP).

Além de Edgar, foi eleita para a vice-presidência da Diversidade Tucana, Hosilene Lubacheski, de Mato Grosso do Sul (tentamos entrevistá-la, mas não tivemos retorno), e para a Secretaria Geral, Lucas Barros, do estado de Pernambuco. Segundo o próprio Edgar Souza, sua entrada na Diversidade Tucana se deu por meio de convite de Marcos Fernandes. No início, Edgar estava mais focado em seu mandato, mas com o passar do tempo foi entendendo a importância de atuar na luta LGBTI+ do partido, ainda mais como prefeito, o que lhe conferia capital político para dialogar com diversos setores do partido.

Outra ação recorrente da Diversidade Tucana é promover orientação a políticos tradicionais do PSDB sobre como se expressar em posicionamentos públicos referentes à causa da diversidade (Edgar Souza - SP). Essa tarefa nos remete ao trabalho de assessoria parlamentar, mas difere desta porque o Presidente da DT é uma liderança política reconhecida formalmente pelo partido, não um profissional contratado para trabalhar em um mandato específico.

O governador, no dia que nós lançamos a delegacia da diversidade, ele me solta: opção [sexual]. Depois ele: “Edgar, desculpa”. Eu falei: “Não tem problema não, fica tranquilo. Pra gente o que importa é a delegacia e tal”, “Não, mas vou me corrigir”. E eu brinco assim, falo para os caras: “Se fosse opção, deveria ser respeitado do mesmo jeito, mas não é! Então vamos evitar o termo” (Edgar Souza - SP).

Eis a síntese da institucionalização:

Quadro 1 - Institucionalização do Secretariado Diversidade Tucana.

Ano	Processos
2006	Fundação do grupo Diversidade Tucana na cidade de São Paulo/SP.

2011	O grupo alcança <i>status</i> de Secretariado Diversidade Tucana na estrutura nacional do partido.
2013	O Secretariado Diversidade Tucana é reconhecido formalmente no estatuto.
2015	Presidente do Secretariado passa a compor Comissão Executiva Nacional com direito a voto.
2017	Secretariado Diversidade Tucana publica cartilha “Direitos da Diversidade” em parceria com Instituto Teotônio Vilela.
2019	Realização de encontro nacional em Mato Grosso do Sul elege nova Executiva do Secretariado DT.

Fonte: O autor, com base em entrevistas semiestruturadas, dados do TSE e Cruz (2021).

3. O ESTATUTO E SUAS ATUALIZAÇÕES

O estatuto do PSDB contabilizou diferentes versões desde a fundação do partido. Foram localizadas oito versões distintas referentes aos anos de 1999, 2003, 2007, 2011, 2013, 2015 (duas versões somente nesse ano) e 2017 (sendo substituída em 2020).

Na primeira versão que perdurou até 1999 nada é dito sobre gênero e sexualidade, mas chamou atenção a preocupação do partido em considerar a interação com movimentos sociais ao dizer em seu artigo terceiro, parágrafo quinto, a respeito das diretrizes e princípios programáticos “articulação com movimentos sociais, respeitadas suas características e autonomia, assegurando-lhes representação nos quadros partidários e listas de candidatos e incentivando-se a auto-organização da sociedade, em especial nos setores ainda marginalizados (PSDB, 1999, p. 1).

Além disso, no capítulo sobre organização partidária (Art. 16), a primeira versão estatutária previu a existência de Núcleos de Base e Secretariados⁹ visando à integração com a sociedade:

⁹ Cruz (2021) apresenta as diferenças entre Núcleos de Base e Secretariados no PSDB da seguinte forma: “Núcleos podem ser formados por um grupo de pessoas (desde que composto por pelo menos seis filiados) em torno de qualquer temática (como saúde, saneamento básico ou diversidade sexual, por exemplo) e possuem uma organização formal muito baixa: não é necessário estabelecer um regimento interno, bastando apenas que haja um coordenador que será responsável pelas

A estrutura de articulação com a sociedade e seus movimentos sociais, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores e comunitárias e, no âmbito funcional, com os movimentos trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, de minorias étnicas, de profissionais liberais, de artistas, rural e outros, exercendo esta atuação através de Núcleos de Base e Secretariados (PSDB, 1999, p. 5).

Tendo em vista o significado dessas instâncias, o documento traz no capítulo sobre órgãos de atuação partidária na sociedade (artigos 51 e 52) que os Secretariados “destinam-se a coordenar as ações e disseminação partidárias a serem exercidas através dos Núcleos de Base, organizados por áreas homogêneas dos movimentos sociais (...)” (PSDB, 1999, p. 11). Os Secretariados são criados por decisão de cada Diretório. Já sobre os Núcleos de Base, no capítulo que trata dos órgãos partidários em nível municipal, é dito que devem “articular as reivindicações, propostas e aspirações dos movimentos populares e setoriais, para incorporá-las às propostas programáticas a serem defendidas pelos representantes do Partido no parlamento e nas funções executivas” (PSDB, 1999, p. 22).

Desses dados, fica evidenciado o princípio e a prática da incorporação que partidos desenvolvem, discutido por Panebianco (2005), e a função de coração programático que movimentos sociais exercem em determinados partidos. Entendemos ainda que o PSDB já estava, do ponto de vista formal, aberto à participação de movimentos sociais nos moldes das interações coordenadas via alianças (SCHWARTZ, 2010).

Analisando essa primeira versão do estatuto, Roma (2002) conclui que, a despeito do hiato entre o escrito e o praticado, o documento estabelece o seguinte:

1. A divisão de poderes entre os escalões do partido deveria ser hierárquica e centralizada, de modo que o curso da ação partidária seria sempre informado às instâncias inferiores pelas instâncias superiores.
2. Deveria haver participação democrática de seus afiliados nos vários níveis, com aplicação institucional de poder de veto.
3. Deveria haver alguma forma direta de punição dos parlamentares indisciplinados, ou seja, aos que votaram em desacordo com a orientação das lideranças do partido.
4. Seus núcleos de base com atuação municipal deveriam viabilizar os vínculos partidários com a sociedade e os movimentos sociais organizados, e seus membros deveriam ter algum tipo de militância em sindicatos e representações patronais (ROMA, 2002, p. 79).

A versão de 2003 do estatuto não traria alterações sobre a relação do partido com movimentos nem fez menções à diversidade sexual e de gênero (PSDB, 2003). O documento de 2007 passou a

relações do núcleo com a estrutura partidária. Já os secretariados, por outro lado, precisam ter a sua criação autorizada pela Executiva Nacional do partido, devem elaborar um regimento interno e constituir uma coordenação executiva (cujos mandatos têm duração de dois anos). Entre as prerrogativas dos secretariados vale destacar o direito de ter um representante, com direito a voz e voto, nas reuniões da Comissão Executiva Nacional” (CRUZ, 2021, p. 127-8).

incluir secretariados correspondentes a movimentos de “afrodescendentes”, “terceira idade” e “terceiro setor” aos anteriores existentes (PSDB, 2007). O estatuto de 2011 permaneceu inalterado (PSDB, 2011).

A instituição de categorias como gênero e sexualidade só vem ocorrer na versão estatutária do ano de 2013, 25 anos após a fundação do PSDB, e 7 anos após a criação do núcleo Diversidade Tucana. No artigo 2º, sobre os princípios programáticos e objetivos do partido, gênero e sexualidade são destacados em negrito, da seguinte forma:

Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; **às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero** e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 2013, p. 1, grifos originais).

Uma das lideranças LGBTI+ que participou desse processo de institucionalização da temática no estatuto relata o contexto partidário que possibilitou a conquista desse encaixe.

O artigo 2º foi o seguinte, sobre a inclusão desses temas: talvez em 2010 ou 2011, não me lembro direito, nós tivemos uma minirreforma do estatuto do PSDB. Então alguns estados queriam, São Paulo encabeçou o movimento, para que nós tivéssemos um novo Congresso. A tese do Congresso perdeu força, mas nós tivemos uma minirreforma de estatuto. E nessa minirreforma de estatuto nós fizemos a proposta de incluir oficialmente [gênero e sexualidade]. Porque antes no partido tinha uma coisa assim: grupos temáticos a serem criados de acordo com a necessidade. Nós nos encaixávamos lá. Então quando falava: “Tem sim, tem isso aqui”. Mas grupo temático é o quê? Pode ser ecologia, pode ser professor, podem ser todas essas coisas importantes também e nós estávamos, mas a gente queria especificamente (Marcos Fernandes - SP).

Embora houvesse a oportunidade política da minirreforma do estatuto, os atores LGBTI+ do PSDB já tinham se mobilizado previamente com vistas a angariar o apoio de lideranças políticas relevantes do partido.

Como te falei, eu fazia o trabalho e uma das funções que eu tinha era o relacionamento com as nossas bancadas. Então todas as reuniões que eu tinha com deputados e senadores, estaduais e federais para os deputados, sempre cinco minutos após a reunião eu falava: “Fora isso eu sou presidente nacional do Diversidade Tucana” e fui fazendo esse advocacy dentro do partido. E colocamos essas questões (Marcos Fernandes - SP).

Quando foi o Congresso, a participação nossa foi tão grande, não só a minha, de todo o grupo, que já foi pré-aprovado para Brasília. E, na época, eu já estava na Executiva Nacional, então quando isso chegou na Executiva Nacional já tinha muito debate, já tinha muita coisa discutida, então foi aprovado por unanimidade. Ninguém foi contra! (Marcos Fernandes - SP).

É possível notar o esforço dos ativistas para que o partido reconhecesse a luta pela diversidade sexual e de gênero para além de um mero grupo temático, que poderia ter caráter provisório. Ao inserir o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero no estatuto do PSDB, a causa adquiriu um novo patamar, conferindo maior grau de relevância na organização e, portanto, maior *status* em termos de reconhecimento simbólico aos atores que encabeçam essa bandeira no partido.

Assim como os objetivos programáticos, a estrutura partidária também sofreu alterações, passando a incluir movimentos de diversidade e de empreendedores (Art. 16, parágrafo II, p. 7). Além de Secretariados e Núcleos de Base, foi previsto um novo espaço chamado de Redes Temáticas. No artigo 52 é afirmado que “as Redes Temáticas, Núcleos de Base e Secretariados, criados por decisão de cada Executiva, destinam-se a promover a interação entre o partido e a sociedade, incluindo pessoas e organizações, para formular e disseminar ideias, proposições, posições, questões e informações que reflitam a doutrina partidária” (PSDB, 2013, p. 15).

No artigo 73 é detalhado o papel das Redes Temáticas na estrutura do partido. É colocado que elas

Serão formadas para promover a construção de formulações diversas, ideias, proposições, inclusive legislativas, análises, identificação de problemas e soluções e quaisquer outras formas propositivas de ação coletiva visando à superação de problemas públicos; e à disseminação de proposições alinhadas com as visões do partido (parágrafo I, p. 22); (...) Proporcionar a oferta de informações qualificadas a públicos amplos em larga escala, segmentados ou não, por meio de múltiplas mídias, em estreita articulação com os processos de comunicação, buscando-se interação e alcance ampliados (parágrafo II, p. 22); (...) Os coordenadores das Redes Temáticas e titulares de Secretariados e Movimentos estabelecidos podem participar das reuniões da Comissão Executiva Nacional, tendo direito de voto quando houver deliberação sobre matérias relacionadas à sua área de ação (parágrafo II, p. 22).

Essa prerrogativa de participar das reuniões da Comissão Executiva Nacional foi especialmente importante para definir o caráter deliberativo dessas instâncias na direção, para além de funções formuladoras e comunicativas. Contudo, na seção que trata da criação de secretariados estaduais, fala-se apenas na criação de secretariados sindicais, juventude, mulheres e prefeitos, sem mencionar a diversidade (Art. 90, p. 27). Também nada é dito sobre diversidade em âmbito municipal (Art. 106 a 108, p. 31-32).

Uma pequena, mas importante, alteração ocorre na versão seguinte, do ano de 2015: foi estabelecido que coordenadores de Secretariados e Redes Temáticas têm direito a participar da Comissão Executiva Nacional sem condicionar voto e voz às matérias específicas desses órgãos (Art. 73, parágrafo III, p. 21). Assim, o/a coordenador/a do Secretariado da Diversidade Tucana, por exemplo, não vota apenas em questões LGBTI+, mas em toda e qualquer questão que venha a ser

objeto de decisão na instância dirigente. Permanecem omissões a respeito de instâncias sobre diversidade em âmbito subnacional. Uma segunda versão no mesmo ano é publicada, mas não houve mudanças nos aspectos que nos interessam.

A versão mais recente do estatuto do PSDB, aprovada em 2017 e substituída em 2020 por decisão judicial (revogando regras sobre recursos e patrimônio do partido), permanece com as redações anteriores no âmbito da diversidade. No entanto, em âmbito estadual permanecem as menções apenas à criação de secretariados sindicais, da juventude, da mulher e de prefeitos (Art. 90, parágrafo I, p. 27). Em âmbito municipal há menções aos mesmos secretariados ao nível estadual, com exceção do secretariado de prefeitos (Art. 108, parágrafo I, p. 31). Isso não quer dizer que não existam representações e lideranças LGBTI+ em níveis subnacionais, mas do ponto de vista burocrático-formal, a instância que trata do segmento LGBTI+ no PSDB é reconhecida apenas na esfera nacional.

Nesse sentido, Ivan Santos faz um balanço sobre a posição que o ativismo LGBTI+ ocupa no PSDB atribuindo o adjetivo “confortável”. Trata-se, portanto, de uma posição intermediária entre um cenário desfavorável, quando não havia nada no partido para o segmento, e uma situação ideal, com pleno reconhecimento, espaço e direitos.

Não acho que está 100% de reconhecimento pelo que a gente lutou até hoje, mas eu acho que a gente já tem um certo espaço e, digamos, respeito. Porque como a gente está, oficialmente, no estatuto do partido isso termina nos dando respeito, na realidade. De uma certa forma a gente tem ganhado respeito durante esse tempo todo. Então a gente está confortável hoje (Ivan Santos - SP).

Esse depoimento revela que, apesar de o estatuto não representar fielmente as relações de poder na prática, a inscrição de agendas e valores de movimentos sociais nele representa um importante ganho de reconhecimento e maior segurança institucional diante das contingências da política.

Quadro 2 - Institucionalização da diversidade sexual e de gênero no estatuto do PSDB.

Versões do Estatuto	Instituição de Diversidade Sexual e de Gênero	Observações Correlatas
1999	Não	Articulação com movimentos sociais nos princípios e objetivos programáticos. Criação de Secretariados e Núcleos de Base.

		Reconhecimento de movimentos sindical, juventude, mulher, de minorias étnicas, profissionais liberais, artistas, rural e outros.
2003	Não	Não
2007	Não	Inclui movimentos de afrodescendentes, terceira idade e terceiro setor aos anteriores.
2011	Não	Não
2013	Objetivos Programáticos. Secretariado de Diversidade.	Criação de Redes Temáticas. Coordenadores de Redes Temáticas e Secretariados participam da Comissão Executiva Nacional, tendo direito a voz e voto apenas em matérias relacionadas aos temas.
2015 (I)	Objetivos Programáticos. Secretariado de Diversidade.	Coordenadores de Redes Temáticas e Secretariados participam da Comissão Executiva Nacional, tendo direito a voz e voto em todas as matérias.
2015 (II)	Objetivos Programáticos. Secretariado de Diversidade.	Não
2017 (substituído em 2020)	Objetivos Programáticos. Secretariado de Diversidade.	Não há menção à diversidade em níveis subnacionais.

Fonte: TSE, sistematizado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta “como os valores, objetivos e interesses do Movimento LGBTI+ se institucionalizaram nos partidos políticos brasileiros?”, verificamos que no caso do PSDB a organização política de um pequeno grupo de ativistas LGBTI+, em sua maioria gays, filiados ao partido na capital do estado de São Paulo foi fundamental para a institucionalização da temática na estrutura partidária. O contexto político, marcado pelo crescente visibilidade da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo e pela emergência de políticas públicas de diversidade sexual em diferentes níveis de governo, favoreceu a articulação desse grupo em torno da causa no partido.

Esse pequeno grupo foi realizando atividades em âmbito partidário, criando redes com dirigentes e recrutando novos membros, de modo a nacionalizar o coletivo. Após uma relativa organização política em diferentes estados do país e a autorização de um candidato à Presidência da República, Aécio Neves, o grupo foi institucionalizado na estrutura partidária e se transformou em Secretariado Nacional tal qual outros segmentos sociais (mulheres, por exemplo). O processo de negociação entre ativistas e dirigentes resultou em novas conquistas e espaços no partido como uma vaga na Comissão Executiva Nacional e o reconhecimento formal inscrito em estatuto.

O estudo mostra que movimentos sociais não só interagem com partidos políticos de fora dessas organizações em ciclos de protestos ou em processos eleitorais, mas atuam também permanentemente desde dentro dos partidos transformando instituições a partir dos seus valores, objetivos e interesses. O estudo também mostrou que não é somente o campo da esquerda que acolhe e incorpora pautas e reivindicações do Movimento LGBTI+: em que pesem os desafios, dificuldades, limites e contradições, o PSDB chama atenção pelo modo como vem se comportando no tratamento de uma questão contenciosa e ainda polêmica na sociedade brasileira como a LGBTI+.

Vale lembrar o protagonismo e o espaço que o primeiro governador assumidamente gay, Eduardo Leite, vem ocupando em um ninho historicamente dominado por tucanos heterossexuais. A maneira como esse ator vai encampar a causa da diversidade, se articular (ou não) com a Diversidade Tucana e os próximos passos da militância no partido para fortalecer a causa, como o combate à violência política LGBTIfóbica, mais candidaturas coloridas e o financiamento eleitoral e partidário, por exemplo, são questões que merecem atenção de cientistas políticos preocupados com a inclusão, a participação política, os direitos humanos e a democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANRIA, Santiago. **When movements become parties: the Bolivian MAS in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, n. 24, 2005.

CRUZ, João Filipe Araujo. **A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Local: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2021.

DEHESA, Rafael de la. **Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil**. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

FEITOSA, Cleyton. **Aportes teórico-metodológicos para o estudo da institucionalização de movimentos sociais em partidos políticos: a experiência LGBTI+ no PT.** Trabalho apresentado no V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2022.

FEITOSA, Cleyton. **Movimento LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil.** 415 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, 2016.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2014.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000.

GUIOT, André Pereira. **Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)** 197p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

GURZA LAVALLE, Adrian; BÜLOW, Marisa von. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: *brokers* diferentes, dilemas semelhantes. **Política e Sociedade**, v. 13, n. 28, 2014.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Org.). **Movimentos Sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, Marília Silva. **Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva.** Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Marília Silva. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, 2021.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Políticas Públicas: princípios e dimensões analíticas a partir do caso das interações entre movimento LGBT+ e PT. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 41, 2022.

RODRIGUES, Julian. Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: entrevista com Julian Rodrigues. Entrevista concedida a Cleyton Feitosa. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2023.

RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Opinião Pública**, v. 28, 2022.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

SANTOS, Émerson Silva. **A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro**: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, 2016.

SCHWARTZ, Mildred A. Interactions between social movements and US political parties. **Party Politics**, v. 16, n. 5, 2010.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O partido da social democracia brasileira**: trajetória e ideologia. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no repositório institucional da UnB e pode ser acessado em <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45847>

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF, Projeto de Pesquisa “Movimentos sociais no sistema político brasileiro”, Processo N. 00193.0000229/2019-14, com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e auxílios do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Conceitualização, metodologia, investigação e escrita foram realizadas por Cleyton Feitosa sob orientação de Débora Cristina Rezende de Almeida.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesses.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER: Cleyton Feitosa é Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie). Sua tese de doutorado foi premiada na categoria Finalista do Concurso Brasileiro ANPOCS de Teses e Dissertações Universitárias em Ciências Sociais - Edição 2023.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.